

Empresas

Governança Segundo pesquisa do IBGC, as mulheres presidem apenas 2,8% dos conselhos de administração

Mulheres ainda buscam espaço nos conselhos

Juliana Machado
De São Paulo

Em 1910, na cidade de Copenhague, na Dinamarca, uma conferência com mais de cem mulheres de 17 países decidiu abrir o debate para criar um dia da mulher, de caráter internacional, para homenagear o movimento pelos direitos femininos e fortalecer a luta para alcançar o sufrágio universal. Entretanto em 2016, 106 anos depois, o dia 8 de março, definido como o Dia Internacional da Mulher, ainda é uma data para marcar no Brasil o enorme espaço que elas ainda não têm em cargos de liderança nas companhias, seja como presidentes ou como membros dos conselhos de administração.

Levantamento inédito feito pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), obtido pelo Valor, mostra que elas ocupam a presidência executiva de apenas 1,86% das empresas, de um total de 322 consultadas, entre listadas na categoria A e nos segmentos tradicional, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado da BM&FBOvespa. Considerando as presidências dos conselhos de administração, as mulheres respondem por somente 2,8% de um total de 321 cadeiras disponíveis.

A pesquisa também mostra que, no caso dos conselhos de administração, as mulheres também seguem em desvantagem: de 2.244 vagas nos colegiados das empresas, elas são ape-

nas 177 dos representantes — equivalente a 7,9% do total. Segundo Heloísa Bedicks, superintendente-geral do IBGC, esse continua sendo o mesmo patamar registrado em 2011, reforçando que, mesmo após cinco anos, práticas de diversidade de gênero continuam não evoluindo ou evoluindo muito pouco dentro das empresas.

“Considerando o percentual, a participação das mulheres ainda é irrelevante. Por isso, precisamos continuar trabalhando fortemente na conscientização das companhias e dos controladores para a importância dessa questão. A ação conjunta do conselho e as formas de gerir a empresa tendem a ser melhores e com maior inteligência coletiva

quando se preza pela diversidade”, afirma Heloísa em entrevista ao Valor PRO, serviço de informação em tempo real do Valor.

No recorte por tipo de conselheiro, os números da pesquisa revelam que, de 509 membros independentes, só 27 são mulheres (5,3%), enquanto que, de um grupo de 1.640 conselheiros eleitos pelo acionista controlador, um total de 135 (8,23%) são do sexo feminino. No caso de diretorias de forma geral, as mulheres ocupam 150 lugares, ou 8,5% dos 1.765 cargos. A pesquisa colheu dados disponibilizados no formulário de referência de 340 empresas, com data-base de 30 de junho de 2015.

Na opinião da superintendente, a pequena presença da mu-

lher na alta administração das companhias responde a fatores como as escolhas pessoais que elas devem fazer ao longo da vida e que, não raro, acabam privilegiando a carreira do homem. É caso da opção pelo casamento ou maternidade, que levam algumas executivas a recusar cargos mais elevados dentro das empresas pela sensação de que não conseguirão conciliar todas as demandas. “Por melhor que seja a condição financeira da mulher, o acúmulo de tarefas como a administração do lar, da carreira e sem que o marido compartilhe essas atividades dificulta a decisão delas”, avalia.

Apesar dessa realidade, o instituto continua firme na sua posição de ser contra cotas para mu-

lheres em conselhos de administração, conforme buscam algumas iniciativas já em curso no país, como o projeto de lei 112/2010, em tramitação no Senado. Em novembro de 2015, a matéria, que estabelece um percentual mínimo de 40% de ocupação por mulheres das vagas nos colegiados de empresas públicas ou de capital misto, estava nas mãos da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), relatora escolhida para analisar o caso.

“Continuamos firmes na nossa leitura de que a participação das mulheres precisa de fato aumentar [dentro das empresas], mas por meio das suas experiências profissionais e acadêmicas, e não via cotas. Não acreditamos que seja essa a melhor via”, defende.

Empresas Infraestrutura

Estratégia Maiores investimentos do Reino Unido no Brasil são no setor petrolífero, diz embaixador

Fundos britânicos têm até R\$ 7 bi para energia e óleo e gás

Rodrigo Polito
Do Rio

Empresas dos setores de energia elétrica e petróleo e gás natural podem ter acesso a dois fundos de incentivo do Reino Unido no Brasil, com recursos de até 1,345 bilhão de libras (o equivalente a R\$ 7 bilhões). O valor não é totalmente voltado para o país nem exclusivo para as duas áreas, mas o Brasil é considerado, pelo governo britânico, um dos destinos prioritários para investimentos em energia.

Um dos fundos, o “Newton Fund”, tem 45 milhões de libras (cerca de R\$ 245 milhões), com contrapartida em igual valor pelo governo brasileiro, para a capacitação de pessoas e o financiamento de pesquisas e projetos de inovação no Brasil. O outro, o “Prosperity Fund”, possui investimento global de 1,3 bilhão de libras (cerca de R\$ 7 bilhões), em várias áreas,

com destaque para energia. Apesar de a iniciativa ser mundial, o Brasil é um dos países prioritários.

“Olhando para o futuro, temos aqui no Brasil dois fundos de apoio”, afirmou o embaixador do Reino Unido no Brasil, Alex Ellis. O diplomata participará hoje de evento para promoção de intercâmbio entre empresas dos dois países na área de petróleo e gás natural, organizado pelo consulado britânico no Rio de Janeiro.

Segundo o embaixador, apesar da queda do preço internacional do petróleo e da situação financeira delicada da Petrobras, âncora do setor no Brasil, há muitas oportunidades de negócios em conjunto no mercado petrolífero hoje. Ele ressaltou que existem mais de 200 empresas britânicas atuando no setor de óleo e gás, com destaque para a fabricação de robôs subaquáticos controlados remotamente (ROV, na

sigla em inglês), utilizados nas atividades em águas profundas — perfil do Mar do Norte e das Bacias de Campos e Santos.

“O Reino Unido continuará sendo um parceiro fiel do Brasil, especialmente nesse setor de petróleo e gás natural”, disse Ellis.

O embaixador contou que já teve reuniões com o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Petrobras, Ivan Monteiro, para tratar de oportunidades e lembrou que os maiores investidores britânicos no Brasil são do setor de óleo e gás.

“A BG e a Shell separadamente já eram empresas muito grandes no Brasil. Agora [com a aquisição da BG pela Shell] ainda mais. O Brasil, em termos de exploração, é o país mais importante do mundo para a Shell nos próximos anos. Não foi por acaso que o presidente global da Shell [Ben Van Beurden] veio ao Brasil no dia da fusão”, disse Ellis.



Ellis, embaixador do Reino Unido no país: “O Brasil, em termos de exploração, é o país mais importante do mundo para a Shell”

Liquidação de dezembro volta a priorizar termelétricas

Camila Maia
De São Paulo

A Associação Brasileira das Geradoras Termelétricas (Abraget) conseguiu retomar uma liminar que concedia prioridade no recebimento dos créditos das liquidações do mercado de curto prazo de energia. A decisão foi proferida na sexta-feira à noite e já deve valer na

liquidação de dezembro, que termina hoje com o pagamento dos créditos contabilizados.

A operação deve continuar refletindo forte nível de inadimplência, uma vez que as limitares relacionadas ao risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) ainda não foram retiradas. A decisão judicial, porém, vai fazer com as que termelétricas tenham

prioridade no recebimento.

“Essa é uma importante conquista para os geradores termelétricos, na medida em que seus créditos da liquidação do mercado de curto prazo são destinados quase que exclusivamente para cobrir os custos associados à aquisição de combustível. Essa é uma peculiaridade dos agentes termelétricos”, afirmou Alexandre Kingston, advogado do Schmidt Lourenço Kingston Advogados, representante da Abraget.

A Abraget foi uma das primeiras associações a conseguir uma decisão judicial determinando a prioridade no recebimento dos créditos contabilizados. No entanto, a CCEE conseguiu derrubar essa liminar, o que fez com que as companhias recebessem uma porção muito menor do que teriam direito na liquidação de novembro.

Na liquidação de novembro do mercado de curto prazo de energia, foram contabilizados R\$ 6,3 bilhões, mas apenas R\$ 2,47 bi-

lhões foram pagos, uma inadimplência de R\$ 3,8 bilhões ou 61%. A maior parte da inadimplência é reflexo das limitares usadas pelas hidrelétricas para limitar a exposição ao GSF. As termelétricas receberam apenas 12% do montante a que teriam direito nessa operação. Segundo Xisto Vieira Filho, presidente da Abraget, as companhias teriam direito ao recebimento de R\$ 2,27 bilhões, mas receberam apenas R\$ 270 milhões.

A situação das empresas não

tem data para ser resolvida. A CCEE não marcou a liquidação de janeiro, que vai contar com a contabilização dos pagamentos de todos os que tinham limitares limitando a exposição ao GSF e que aderiram a repactuação proposta pelo governo. Como informou o Valor ontem, a CCEE será responsável por mediar a negociação entre os credores e os devedores do mercado de curto prazo, depois que algumas hidrelétricas pediram o parcelamento da exposição ao GSF.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE LICITAÇÕES

Ministério da Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico – SRP - nº 04/2016

Objeto: Selecionar proposta, pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, do tipo menor preço global por grupo, para eventuais aquisições de medicamentos e materiais de consumo, visando à continuidade no atendimento médico e odontológico aos servidores e seus dependentes legais, realizado pela equipe médica e odontológica do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – UASG 150002, como ÓRGÃO GERENCIADOR, durante o exercício de 2016, de acordo com as especificações e quantidades descritas no Encarte “A” do Termo de Referência.

Entrega do Edital/Proposta: 08/03/2016

Data da Licitação: 18/03/2016, às 8h30min.

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

Entrega do Edital: das 8h às 18h. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco L, Anexo I, Sala 347, Brasília-DF, ao valor de R\$ 0,15 (quinze centavos), por página; ou gratuitamente em www.mec.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br.

MARTA MARIA VITORINO DIAS
Pregoeira

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE LICITAÇÕES

Ministério da Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico – SRP - nº 03/2016

Objeto: Selecionar proposta, por meio do Sistema de Registro de Preços, para Contratação de serviço de disponibilização de API/Licenças de mapas do Google, denominado Google Maps API For Work para o período de 12 meses com suporte técnico para atendimento às necessidades do Ministério da Educação.

Entrega do Edital/Proposta: 08/03/2016

Data da Licitação: 18/03/2016, às 8h30min.

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

Entrega do Edital: das 8h às 18h. Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco L, Anexo I, Sala 347, Brasília-DF, ao valor de R\$ 0,15 (quinze centavos), por página; ou gratuitamente em www.mec.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br.

TELIANA MARIA LOPES BEZERA
Pregoeira

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

AVISO

Solicitação de Manifestação de Interesse

Solicitação de manifestação de interesse para participar da seleção destinada à contratação dos serviços de consultoria com utilização de regras de seleção fornecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, GN 2350-9, visando implementar modelo de Gestão Integrada com foco em resultados, especificamente com relação às temáticas de “Planejamento Estratégico Institucional” e de “Gestão de Processo”, financiados por meio do empréstimo n.º 3142/OC-BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. As empresas e/ou instituições interessadas deverão fornecer informações sobre: equipe técnica; serviços de consultoria similares; experiência na prestação de serviços para órgão da Administração Pública Federal, que indiquem que são qualificadas e possuem experiência para executar os Serviços. As Manifestações de interesse deverão ser entregues na forma escrita (pessoalmente, por correio, ou por correio eletrônico/e-mail) até **17h00m do dia 24/03/2016**. **Endereço:** SAS Qd. 6 Bl. “O” Ed. Órgãos Centrais, 6º andar – Brasília/DF. CEP: 70.070-917. **Correio eletrônico:** cpl.df.samf@fazenda.gov.br.

Idenes Cesar Toledo
Comissão Permanente de Licitação